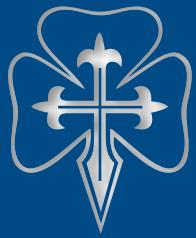


otrevo

ASSOCIAÇÃO GUIAS DE PORTUGAL
2015 | 18ª SÉRIE | 1,50€



**POLÍTICA
DE TODOS PARA TODOS**

NESTE JORNAL

ALGORADA

O que é afinal a política?

03

POLÍTICA DE TODOS PARA TODOS

Regimes políticos: Democracia e Ditadura

Formas de Governo: República e Monarquia

Organização das Nações Unidas e União Europeia:
duas comunidades internacionais

Era uma vez o sistema político em Portugal

Os agentes da política

As mulheres na política

04

22

INTERNACIONAL

Estar sempre alerta na crise migratória europeia

Stop The Violence

Seminário Juliette Low 2015

27

CAMINHOS PEDESTRES

Grande Rota e Pequena Rota

VIDA DA ASSOCIAÇÃO

16

II Acampamento Nacional de Chefes
e Subchefes de Patrulha

As Viagens das Guias

FICHA TÉCNICA

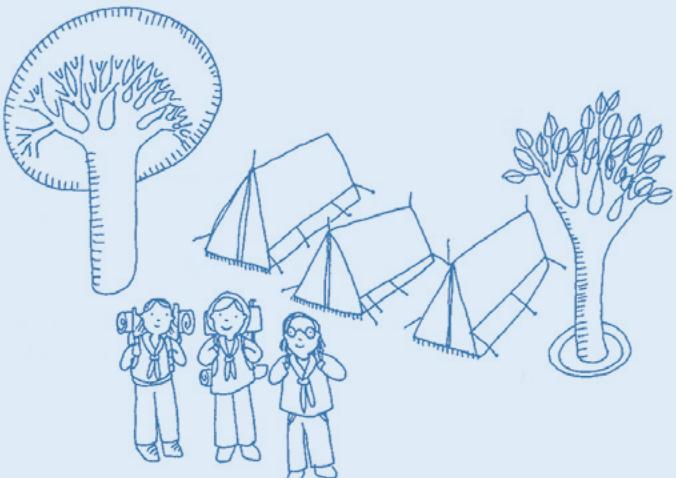
Proprietário:
Associação Guias de Portugal

Conceção Gráfica:
White_Brand Services

Impressão e acabamento:
Ondagafe, Artes Gráficas Lda.

Tiragem:
6.900 exemplares

Outubro de 2015
Depósito Legal nº239055/06



ALVORADA



O QUE É AFINAL A POLÍTICA?

Segundo o filósofo grego Aristóteles, a política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana e ramifica-se em: ética, que atua para a felicidade individual e política propriamente dita, que atua para a felicidade coletiva.

Foi na Grécia Antiga onde surgiram as primeiras formas da democracia. “Política” tem origem no grego *politiká*, que significa “de, para, ou relacionado com os grupos que integram a *polis*”. *Polis* designa tudo aquilo que é público.

O significado de política é, portanto, muito abrangente, mas refere-se diretamente ao espaço público e à vida em sociedade. Assim, é a ciência da organização, direção e administração de um Estado e a arte de negociação para compatibilizar interesses. É uma atividade orientada ideologicamente para a tomada de decisões com vista a alcançar determinados objetivos e à resolução de conflitos de interesses, procurando ações em prol do bem-estar, tanto individual como coletivo.

A Política é um tema que não pode deixar ninguém indiferente, pois diz respeito a todos os setores da sociedade, afetando direta ou indiretamente a vida de cada um de nós. É frequente a Política ser banalizada ou descredibilizada, porque alguns eleitos usam a sua posição para obter vantagens e benefícios próprios ou para os seus ou porque o Governo implementa uma medida que afeta negativamente a vida das famílias. Mas, ao compreendermos que o cidadão tem o direito à participação na vida política, sabemos que temos o poder da mudança, sendo que o poder não é “deles”, é de todos, servindo o benefício de cada um. Para tal, devemos ser cidadãos altamente informados, preocupados e atentos, procurando ajudar a construir uma sociedade melhor e contribuindo para um futuro mais próspero.

Ainda há Reis? O que é uma Ditadura? Qual é a atuação de um Governo? Como é que cada um participa na vida política? Quais são os direitos e deveres dos cidadãos? Para um maior aprofundamento destas e de outras questões, publica-se este Trevo, que, de uma forma simples e concisa, se propõe a esclarecer algumas dúvidas. Aconselha-se ainda a leitura da Constituição Portuguesa, o documento que é a lei suprema do país, consagrando os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais pelos quais se rege o Estado português e as regras de organização do poder político.



COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente:** Sara Nobre
- Comissária Nacional:** Catarina Rebelo
- C. Financeira:** Mafalda Almeida
- C. Financeira A.:** Maria João Charréu
- C. Publicações:** Carolina Abrantes
- C. Internacional:** Bárbara Silva
- C. N. Ramo Avezinha:** Joana Alves
- C. N. A. Ramo Avezinha:** Inês Morujo
- C. N. Ramo Aventura:** Sara Torres
- C. N. A. Ramo Aventura:** Mariana Castro
- C. N. Ramo Caravela:** Joana Queiroz
- C. N. A. Ramo Caravela:** Bárbara Silva
- C. N. Ramo Moinho:** Elsa Alves
- C. N. A. Ramo Moinho:** Sílvia Oliveira

REGIMES POLÍTICOS: DEMOCRACIA E DITADURA

A **Democracia** surgiu em Atenas, no século V a.C., onde o Governo era exercido pelos cidadãos. Todos eram considerados livres e iguais perante a lei, com os mesmos direitos e obrigações. Era feita uma seleção de cidadãos para ocupar os cargos administrativos e judiciais e era criada uma assembleia legislativa, composta por todos os atenienses. Esta assembleia acontecia em praça pública e todos podiam falar e votar. Assim, abordavam-se várias questões, tomavam-se decisões e estabeleciam-se as leis. Este sistema era chamado de **Democracia Direta**.

Mas a democracia ateniense apresentava muitas limitações e contradições quando comparada com as democracias atuais, já que os únicos que tinham poder político eram aqueles considerados cidadãos. As mulheres, os escravos, os metecos (os não atenienses), os que não eram proprietários de terras e os homens com menos de 20 anos não tinham quaisquer direitos políticos.

Com o imenso crescimento das populações, as reuniões em praça pública tornaram-se muito difíceis de acontecer. Surge, então, uma nova democracia - a **Democracia Representativa**, em que os cidadãos escolhem, através do voto, os seus representantes que irão tomar decisões em seu nome.

Hoje, a **Democracia** assenta nos seguintes princípios:

- Proteção dos direitos humanos fundamentais: dignidade (vida, trabalho, saúde, alimentação, habitação, educação, meio ambiente preservado), liberdade (de expressão, de religião, de imprensa, política) e igualdade (perante a lei, sem distinção de sexo, raça ou credo);
- Estado de direito: nenhum indivíduo, Presidente ou cidadão comum está acima da lei, sendo assegurada aos cidadãos uma proteção legal igual e os direitos protegidos pelo sistema judicial;
- Soberania popular e **SUFRÁGIO UNIVERSAL**: o poder pertence aos cidadãos e as decisões políticas visam beneficiá-los; todos, homens ou mulheres, participam na vida política e partilham da responsabilidade cívica diretamente ou através de representantes eleitos pelos mesmos, através do voto, em eleições livres e justas;
- Separação e interdependência dos poderes (legislativo, executivo e judicial);
- Cidadãos participam na vida política, económica e cultural da sociedade, sendo-lhes conferidos direitos e deveres;
- Descentralização do poder a nível regional e local, para uma maior acessibilidade aos cidadãos;
- Respeito pela maioria, mas proteção das minorias;
- Valores de tolerância, cooperação e compromisso.

Em oposição à Democracia, existe a **Ditadura**. Este é um regime não democrático ou antidemocrático, em que não há participação popular ou em que essa participação ocorre de forma muito restrita, estando o poder centralizado numa pessoa ou numa instituição. A Ditadura tem vários modelos, sendo os mais comuns as práticas totalitária ou autoritária.

O **Totalitarismo** e o **Autoritarismo** têm, na realidade, várias características comuns:

- Mobilização da sociedade civil de cima para baixo;
- Submissão de todos os cidadãos, não havendo limites para impor a autoridade;
- Controlo de todas as dimensões da sociedade e regulamentação de tudo o que está relacionado com a vida pública e privada dos cidadãos;
- Nacionalismo;
- Subordinação dos poderes judicial e legislativo ao poder executivo;
- Repressão de toda e qualquer oposição política e ideológica ao Governo.

Distinguem-se no seguinte:

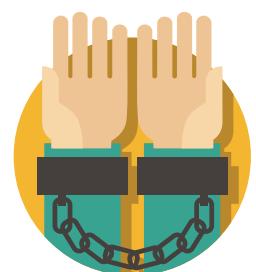
- O **Totalitarismo** molda os cidadãos, impondo uma obediência ativa e uma obediência militante, obrigando a que todos aceitem a ideologia do Estado. Vive num sistema de partido único e sindicato corporativista, liderado por um chefe carismático, promovendo-se o culto da personalidade. O partido confunde-se com o Estado.
- No **Autoritarismo**, o Estado força os cidadãos à obediência passiva e à apatia. Impõe a despolitização, abolindo todos os partidos políticos, sindicatos, etc. e alienando a população com "diversões" públicas, para que todos se distraiam das questões políticas.

Daniela Ribeiro

CHEFE DE COMPANHIA DA 1^a COMPANHIA DE LOULÉ
REGIÃO DE FARO



DEMOCRACIA



DITADURA



SABIAS QUE...

- O regime totalitário esteve presente em vários países da Europa, no século XX: em Itália, com Mussolini, na Alemanha, com Hitler, na União Soviética (hoje dividida em 15 países), com Estaline e em Portugal, com Oliveira Salazar.
- Em Portugal, durante o regime do Estado Novo, quando governava Oliveira Salazar, a nossa Associação foi obrigada a cessar atividades (1934). A Região da Madeira foi a única a conseguir manter funções.
- Hoje, vivem ainda em Ditadura muitos países, como a China, Cuba, Coreia do Norte, Egito, Eritreia, Guiné, Guiné Equatorial, Irão, Líbia, Mauritânia, Paquistão, Síria, Sudão, Turquemenistão, Uzbequistão e Zimbabué.

Os Três Poderes:

- Legislativo:** Propõe, discute e cria as leis e as normas de direito de abrangência geral e fiscaliza o Poder Executivo, sendo do domínio da Assembleia da República;
- Executivo:** Aplica as leis, implementa a agenda diária do governo ou do Estado, mantém as relações do país com as outras nações, gera as Forças Armadas e administra os órgãos públicos de serviço à população, sendo do domínio do Governo e do Presidente da República;
- Judicial:** Julga e puni, crimes políticos e civis de acordo com as leis criadas pelo Poder Legislativo e de acordo com a Constituição, sendo do domínio dos Tribunais.

FORMAS DE GOVERNO: MONARQUIA E REPÚBLICA

Define-se Forma de Governo (ou Sistema Político) o conjunto de instituições sobre as quais o Estado se organiza, a fim de exercer o seu poder sobre a sociedade. Aqui, distinguem-se dois grandes grupos: a **Monarquia** e a **República**, que também se subdividem, dependendo da forma como a separação de poderes é feita.

A monarquia existiu em quase todos os países do mundo, mas o crescente descontentamento causou diversas revoltas

que derrubaram muitas delas, abrindo caminho a sistemas de governos mais participativos, como as Monarquias Constitucionais e os diferentes tipos de República. Estes **Sistemas de Governo** representam o modo como o poder político (legislativo e executivo) é dividido e exercido num Estado.

Tânia Ferreira
DELEGADA REGIONAL DO RAMO AVENTURA
REGIÃO DE BRAGA

FORMAS DE GOVERNO OU SISTEMAS POLÍTICOS

CHEFE DE ESTADO	MONARQUIA	REPÚBLICA
	Monarca (Rei/Rainha ou Imperador/Imperatriz)	Presidente da República
SUCESSÃO	O Monarca é eleito de forma hierárquica. Isto significa que o cargo é atribuído à pessoa que está em primeiro lugar na linha de sucessão, normalmente de pais para filhos ou outro parente próximo.	É o povo o responsável pela eleição do seu representante - o Presidente da República.
DURAÇÃO DO MANDATO	O mandato do Monarca é vitalício, ou seja, dura toda a sua vida, a não ser que este renuncie ao trono.	O mandato do Presidente tem uma duração limitada, havendo eleições no fim desse período de tempo, para eleger um novo representante ou reeleger o mesmo, caso este se recandidate.

Sistemas de Governo

Monarquia Constitucional (ou parlamentar)

- Reconhece o Monarca como Chefe de Estado, mas há uma Constituição que lhe limita os poderes;
- É o Eleitorado, representado pelo Parlamento ou outra legislatura, quem tem verdadeiramente o encargo do poder executivo;
- Em alguns casos, o Monarca é apenas uma figura representativa do Estado.

Monarquia Absoluta

- O Monarca tem o poder absoluto sobre o Estado e o Governo, sendo superior ao poder de outros órgãos do Estado;
- O Monarca está acima de todos e concentra em si os três poderes, podendo governar por decreto, promulgar leis ou impor punições.

Semi-presidencialismo

- Muito semelhante ao Parlamentarismo, mas o Chefe de Estado e o Chefe de Governo partilham o poder executivo, participando ambos na administração pública do Estado;
- Três órgãos políticos: o Primeiro-Ministro, o Parlamento e o Presidente.

- As funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo estão separadas em duas instituições diferentes e são exercidas por duas pessoas diferentes;

- A fonte de legitimidade do Governo está no Parlamento, eleito por voto. O povo elege os seus representantes (deputados) e o partido que obtiver a maioria dos votos constitui o Governo;

- Dois órgãos políticos: o Primeiro-Ministro e o Parlamento;

- Não há uma clara separação dos poderes executivo e legislativo.

- As funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo são exercidas pela mesma pessoa - o Presidente, que detém o poder executivo, não dependendo do poder legislativo para tomar decisões;

- O Presidente é eleito por voto, pelo povo e é ele quem define a sua equipa de Governo;

- Os representantes do poder legislativo são também eleitos pelo povo, mas este grupo não está sujeito à dissolução e não é um Parlamento, mas um Congresso;

- Dois órgãos políticos: o Presidente e o Congresso;
- Separação dos poderes executivo e legislativo.

ERA UMA VEZ O SISTEMA POLÍTICO EM PORTUGAL

“Não gosto nada de política”, ouve-se muitas vezes dizer. A verdade é que “não gostar de política” está relacionado com o facto de não compreendermos como os sistemas funcionam. Compreender o seu funcionamento é importante, pois leva-nos a uma participação verdadeiramente ativa na vida da sociedade.

Vamos começar do início...

Portugal foi inicialmente governado por reis. Numa primeira fase, eram reis absolutos, ou seja, detinham todos os poderes em si. Só mais tarde, com a primeira Constituição Portuguesa (1822), se institucionalizou o Regime Monárquico Constitucional, ou seja, havia um rei, mas ele não governava sozinho, pois havia alguma divisão dos poderes.

No início do século XX, no nosso país, havia um grande número de pessoas que estavam revoltadas contra o rei e o seu governo, defendendo que era ele o grande culpado pelas más políticas de Portugal. Assassinaram-no e ao príncipe herdeiro, em 1908 e a 5 de outubro de 1910, foi implantada a República em Portugal, depois de uma revolução organizada pelo Partido Republicano Português, que originou a queda do Regime Monárquico Constitucional.

Após a implantação da República, muitos dos problemas continuaram e alguns portugueses pediam um Governo que governasse com mais autoridade. Assim, depois da Primeira Guerra Mundial, Portugal viveu uma ditadura, chefiada pelo Professor Oliveira Salazar. A partir de 1926, não havia liberdade de expressão, nem eleições livres e muitos tiveram de combater para manter as colónias de África – Angola, Moçambique e Guiné. O país ficou arruinado e sem fundos.

Só depois de 25 de abril de 1974, quando os militares revoltosos saíram à rua, se conseguiu implantar a democracia em Portugal, ficando este dia marcado pela Revolução de abril.

Atualmente, Portugal é um Estado de Direito democrático, sendo designado como uma República Democrática Semipresidencialista, com quatro órgãos de soberania, consagrados na Constituição: o **Presidente da República**, o **Governo**, a **Assembleia da República** e os **Tribunais**, garantindo a separação e interdependência dos poderes.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República é o Chefe de Estado e o Comandante Supremo das Forças Armadas e tem como principais funções:

- Representar a República Portuguesa;
- Garantir a independência nacional, a unidade do Estado;
- Fiscalizar o Governo e a atividade legislativa dos outros órgãos de soberania e garantir o regular funcionamento das instituições democráticas;
- Nomear ou demitir o Primeiro-ministro e os membros do Governo;
- Dissolver a Assembleia da República;
- Promulgar (isto é, assinar) ou rejeitar e mandar publicar as leis aprovadas na Assembleia da República;

- Convocar os referendos nacionais que a Assembleia da República ou o Governo propõem;

- Nomear os embaixadores;

- Conferir condecorações e exercer a função de grão-mestre das ordens honoríficas portuguesas.

É eleito por sufrágio universal (votação feita por todos os cidadãos portugueses com direito de voto), em eleições presidenciais que ocorrem de cinco em cinco anos, período de duração do mandato. As próximas eleições presidenciais são já em janeiro de 2016. O atual Presidente, Aníbal Cavaco Silva, por se encontrar a cumprir o seu segundo mandato, não se pode recandidatar ao cargo.

SABIAS QUE...

- Para reforçar o direito e necessidade de voto por todas as mulheres, as Nações Unidas apresentaram uma Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres, na década de 50.
- Em Portugal, o voto não é obrigatório, ao contrário de outros países.
- Têm direito de voto, em Portugal, todos os cidadãos maiores de 18 anos.
- A “abstenção” refere-se à percentagem de pessoas com direito de voto, que no dia das eleições, não foram votar.
- Pode votar-se em branco.
- Na Arábia Saudita, as mulheres só conseguiram o direito a votar em 2011.

GOVERNO

O Governo é o órgão que conduz a política geral do país e dirige a **Administração Pública**, executante da política do Estado. Tem, assim, funções políticas, legislativas e administrativas:

- fazer um Programa (**Programa do Governo**), um documento em que constam as principais orientações políticas e as medidas a adotar ou a propor para governar e apresentá-lo à Assembleia da República;
- estudar problemas e decidir sobre eles;
- propor **leis** à Assembleia da República;
- fazer regulamentos técnicos para que as leis possam ser cumpridas;
- decidir onde se gasta o dinheiro público, propondo o **Orçamento de Estado**;
- negociar com outros Estados ou organizações internacionais;
- tomar decisões administrativas para o bem comum.

É chefiado pelo **Primeiro-Ministro**, que escolhe os **Ministros**, para dirigir os diversos Ministérios (Educação, Cultura, Agricultura, Transportes, etc.) e os Secretários de Estado, para dirigir as **Secretarias de Estado**. Para além de coordenar a ação dos Ministros, o Primeiro-Ministro representa o Governo perante:

- o Presidente da República, a quem informa sobre os assuntos respeitantes à condução da política interna e externa do país;
- a Assembleia da República, através da prestação de contas da sua atuação política, por exemplo, nos debates quinzenais em que responde às perguntas dos Deputados;
- os Tribunais.

As principais decisões do Governo são tomadas em **Conselho de Ministros**, presidido pelo Primeiro-Ministro e no qual participam todos os Ministros e os secretários de Estado que o Primeiro-Ministro entenda convocar.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O **Parlamento de Portugal**, designado Assembleia da República, é o órgão legislativo do Estado Português.

A Assembleia da República é composta por 230 **Deputados** de vários partidos e é eleita também por sufrágio universal, em eleições legislativas que ocorrem de quatro em quatro anos, período de duração do mandato, a que se chama Legislatura. Depois de contados os votos, o partido com maior número de Deputados eleitos pelos cidadãos é convidado pelo Presidente da República a formar Governo.

Os restantes Deputados dos outros partidos, apesar de não formarem Governo, também são eleitos, se conseguirem um número suficiente de votos e participam na Assembleia, constituindo os **Grupos Parlamentares**. Esta é uma assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, é a voz da população, sendo cada deputado considerado um representante do povo, em primeiro lugar, e só depois um representante do partido que o elegeu.



SABIAS QUE...

- A Assembleia da República está sediada no Palácio de São Bento, em Lisboa.
- Qualquer cidadão pode assistir às reuniões plenárias da Assembleia da República ou contactar por email os Deputados.
- As reuniões plenárias da Assembleia da República são transmitidas, em direto, pelo Canal Parlamento, através da internet e da televisão.

As principais competências da **Assembleia da República** são:

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA:

- Legisla sobre todas as matérias, exceto aquelas que se referem à organização e ao funcionamento do Governo;
- Vota e aprova (ou rejeita) as leis (por maioria simples ou absoluta dos Deputados, consoante a sua tipologia – decretos, leis orgânicas, leis constitucionais).

COMPETÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO:

- Zela pelo cumprimento da Constituição e das leis;
- Aprecia os atos do Governo e da Administração Pública;
- Avalia e aprova (ou rejeita) o Programa do Governo;
- Pode suspender, total ou parcialmente, a vigência de um decreto-lei até à publicação da lei que o vier a alterar;
- Apresenta uma moção de confiança ou de censura ao Governo (a aprovação de uma moção de censura pela maioria absoluta dos Deputados ou a rejeição de uma moção de confiança por maioria simples provocam a demissão do Governo);
- Questiona o Governo, durante as Reuniões Plenárias, que se realizam quinzenalmente ou por escrito;
- Cada Grupo Parlamentar pode propor dois debates, em cada ano parlamentar, sobre assuntos de política geral ou sectorial (chamados de Interpelação).

COMPETÊNCIA RELATIVAMENTE A OUTROS ÓRGÃOS:

- Aprova os estatutos político-administrativos e as leis eleitorais das Regiões Autónomas, pronuncia-se sobre a dissolução dos seus órgãos de Governo próprio e concede às respetivas Assembleias Legislativas Regionais autorização para legislar sobre determinadas matérias.
- Intervém na eleição do Provedor de Justiça, do Presidente do Conselho Económico e Social, dos juízes do Tribunal

Constitucional, do Conselho Superior de Magistratura, da Comissão Nacional de Eleições, do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, etc.

- O Presidente da República não se pode ausentar do país, sem o consentimento da Assembleia da República (exceto no caso de viagem particular de duração não superior a cinco dias).

RELAÇÕES EXTERNAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:

- Desenvolve ações e estabelece relações protocolares com outros Parlamentos do mundo ou Assembleias representativas;
- Elege, no início de cada Legislatura, delegações que participam em assembleias parlamentares internacionais como a Assembleia Parlamentar da NATO, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, entre outros;
- Acompanha e aprecia a participação de Portugal na União Europeia, dando pareceres sobre os processos de legislação e de orientação das políticas e ações e sobre a programação financeira europeia;

MESA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No início da Legislatura, a Assembleia elege o seu Presidente, bem como os restantes membros da Mesa da Assembleia da República. A Mesa é um órgão composto pelo Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro Vice-Secretários, eleitos pelo período da Legislatura e todos os membros eleitos pela maioria absoluta dos Deputados.

O Presidente da Assembleia da República Portuguesa é a segunda figura do Estado Português. Compete-lhe representar a Assembleia da República Portuguesa, presidir à Mesa, dirigir os trabalhos parlamentares, fixar a ordem do dia, assinar documentos em nome da Assembleia da República e substituir, internamente, o Presidente da República. Compete à Mesa coadjuvar o Presidente nas suas funções.

Atualmente, é Assunção Esteves quem preside a Mesa da Assembleia da República, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo, em Portugal.



TRIBUNAIS

Os **Tribunais** administram a Justiça em nome dos cidadãos, defendendo os direitos e os interesses dos cidadãos, impedindo a violação da Lei e garantindo a respetiva punição aos que o fazem.

São o único órgão de soberania não eleito. Nos regimes democráticos, os Tribunais funcionam de forma independente e autónoma. Os juízes são independentes

e não podem ser afastados do seu cargo, sendo que as suas decisões se sobreponem às de qualquer outra autoridade.

Entre os vários Tribunais, destaca-se o **Tribunal Constitucional** que é, em última instância, quem decide se uma lei está de acordo com a Constituição, ou seja, as leis que o Tribunal julgue inconstitucionais deixam automaticamente de estar em vigor.



REGIÕES AUTÓNOMAS

Em Portugal, existem duas regiões autónomas: os Açores e a Madeira. Estas duas regiões têm um regime administrativo próprio, baseado nas suas características geográficas e culturais e nos desejos de governo próprio das suas populações.

As **Assembleias e Governos Regionais** têm amplos poderes para definir as políticas de cada região, exceto no que respeita a Política Externa, Defesa Nacional e Segurança Interna, que são definidas pela Assembleia ou pelo Governo da República.

As Assembleias Regionais são eleitas pelo mesmo método que a Assembleia da República e os Governos Regionais pelo mesmo que o Governo Nacional.

PODER LOCAL: O MAIS PRÓXIMO DOS CIDADÃOS

O poder local integra as freguesias, os municípios e também as associações de municípios.

Nas eleições locais, as autárquicas, são eleitas a **Assembleia de Freguesia**, a **Assembleia Municipal** e a **Câmara Municipal**. Podem candidatar-se partidos e grupos de cidadãos organizados em listas independentes dos partidos.

As Assembleias da Freguesia são eleitas, sendo que o **Presidente da Junta de Freguesia** é o candidato que reunir maior número de votos. É-lhe dada a possibilidade de escolher a equipa que o acompanha, entre os restantes membros eleitos para a Assembleia de Freguesia, quer pertençam à lista apresentada pelo seu partido, quer a qualquer outra força política.

Nas Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmara Municipais a representação é proporcional, isto é, em cada um destes órgãos estão representadas todas as forças políticas (partidos, coligações de partidos ou grupos de cidadãos) que obtiveram votos suficientes.

Açores



Madeira



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E UNIÃO EUROPEIA: DUAS COMUNIDADES INTERNACIONAIS

As decisões que influenciam a política em Portugal não são exclusivamente tomadas pelos nossos governantes. Na verdade, Portugal está inserido em diferentes comunidades internacionais que reúnem vários países em prol de um objetivo comum.

Existem vários exemplos, como a Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), mas as duas organizações mais importantes, de que Portugal faz parte serão, sem dúvida, a **Organização das Nações Unidas** (ONU) e a **União Europeia** (UE).

A primeira surgiu em 1945, quando os terrores da Primeira e da Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945) inquietaram o mundo e obrigaram os países a perceber a necessidade de não mais se repetirem acontecimentos tão horríveis para a Humanidade. Decidiram então criar um espaço de diálogo [a Assembleia Geral], onde cada nação poderia partilhar as suas ideias, os seus problemas e os seus receios, prevenindo assim conflitos armados e problemas humanitários, como a fome, a pobreza ou as epidemias, através da união de esforços mundiais.

A **ONU** agrega hoje 193 países e as suas principais missões são manter a paz e a segurança mundial, promover o desenvolvimento sustentável, proteger os Direitos Humanos, implementar o Direito Internacional e garantir ajuda humanitária. A ONU trabalha então para a melhoria das condições de vida de todos os cidadãos mundiais, garantindo o equilíbrio entre os vários países que a compõem. A Associação Mundial das Guias tem sido parceira da ONU em vários projetos, sendo disso exemplo o trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio nos últimos anos.

Além da ONU, Portugal tem também o privilégio de integrar outra importante comunidade internacional, mas à escala do continente Europeu – a **União Europeia**.

Esta ideia de uma união entre os países da Europa foi sobretudo impulsionada pela economia, de forma a facilitar o acesso ao carvão e ao aço, que eram então matérias-primas importantes para a reconstrução da Europa após a segunda Guerra Mundial. Os seis países fundadores rapidamente perceberam que, juntos, conseguiriam reconstruir a Europa e melhorar a vida dos seus cidadãos, sobretudo porque se trabalhassem em conjunto, para o sucesso de todos, já não haveria motivos para lutar.

Este grupo foi aumentando – Portugal aderiu em 1986, reunindo cada vez mais países. Assim, a União Europeia (UE) tem hoje 28 Estados Membros que formam um grupo solidário, único no mundo, onde todos se ajudam mutuamente e são aceites as diferentes tradições, línguas e culturas em nome dos objetivos, direitos, liberdades e oportunidades que todos partilham.

E quais as vantagens de trabalharmos todos juntos? Por exemplo, muitos dos países da UE, incluindo Portugal, partilham a mesma moeda, o Euro, o que facilita o comércio. Também em todo o espaço europeu, os cidadãos podem viajar, estudar e trabalhar livremente, sem controlo nas fronteiras ou documentos especiais. E estes são só dois exemplos.



Para o bom funcionamento destes ideais, a União Europeia está organizada em diferentes estruturas: as **instituições europeias**, que estão sobretudo sediadas na Bélgica e no Luxemburgo.

O poder legislativo (de elaborar leis) e executivo (fazê-las cumprir) estão sobretudo concentrados em três importantes organismos: o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia.

 **O Parlamento Europeu** é formado por 751 Deputados diretamente eleitos pelos cidadãos de cada país, que aprovam algumas das medidas e leis propostas pelos diferentes organismos da UE, e onde cada país pode chamar a atenção para os seus problemas.

 **O Conselho Europeu** reúne todos os Primeiros-Ministros da UE para que juntos tomem importantes decisões.

 **A Comissão Europeia** coordena os diferentes organismos europeus, existindo responsáveis para as diferentes áreas: ambiente, agricultura, economia, saúde... Esta comissão tem a responsabilidade de propor novas leis e de definir medidas para que sejam cumpridas.

Existem ainda outras instituições que zelam pela segurança e justiça de todos os países e seus cidadãos, sendo uma das mais conhecidas o **Banco Central Europeu**, que gere a moeda única (Euro) e define estratégias para a estabilidade económica da UE, aprovando pacotes de ajuda financeira, como tem acontecido nestes últimos anos.

Apesar de nos parecer algo de distante, as decisões tomadas pela União Europeia têm impacto em diferentes aspectos da nossa vida, desde o que comemos, ao que vestimos, ao que aprendemos na escola, até à forma como nos movimentamos!

Comissariado Regional de Lisboa

OS AGENTES DA POLÍTICA



Sofia Ribeiro
WWW.SOFIARIBEIRO.EU
SOFIA.RIBEIRO@EUROPARL.EUROPA.EU



Sofia Ribeiro

SEMPRE ALERTA PARA SERVIR DE GUIA A EURODEPUTADA

Não é por mero acaso que escolhi o nosso lema como título deste meu contributo para O TREVO, correspondendo a um convite da Associação Guias de Portugal (AGP) para descrever a minha atividade como Deputada ao Parlamento Europeu. Sendo Guia desde 1986, fui aprendendo naturalmente com al(s) minha(s) patrulha(s), com as minhas Chefes (como carinhosamente chamamos as nossas Dirigentes nos Açores, região de onde provenho) e com as Avezinhas e Guias que orientei, a vivenciar esta entrega ao serviço. Hoje, no Parlamento Europeu, tenho a oportunidade de experienciar uma outra dimensão deste lema, sendo que a defesa da causa pública exige este compromisso social.

A minha atividade também é fortemente vincada pelo “Viver em Patrulha”, fundamental para a condução de qualquer projeto de parceria que marca o constante trabalho de auscultação das populações e instituições, de negociação com os meus pares, com o Conselho Europeu e com a Comissão Europeia, e de defesa dos interesses nacionais nas instâncias europeias.

No Parlamento Europeu, sou membro das Comissões do Emprego e Assuntos Sociais e da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Constituindo a segunda um setor de atividade fulcral para Portugal, na primeira procuro implementar iniciativas globais que incrementem o potencial social europeu em diversas áreas, das quais destaco a criação de emprego, a formação dos jovens, a proteção e desenvolvimento social dos mais frágeis e/ou carenciados e a valorização do voluntariado.

Ao longo dos cerca de 20 anos em que pertenci ativamente à AGP, vivenciei os benefícios da metodologia de trabalho desta associação (e que tantos laços de amizade me proporcionou e saudade me

traz) e, talvez por isso, estabeleci como uma das prioridades da minha intervenção a valorização das aprendizagens não formais e o reconhecimento curricular do trabalho voluntário, a nível europeu, numa dinâmica de articulação com diversas instituições nacionais e europeias.

Como Deputada ao Parlamento Europeu, defini como metodologia de trabalho o contacto frequente (dir-se-ia quase permanente) com os cidadãos que represento, de forma individual ou coletiva, quer para auscultação das suas opiniões e reivindicações, quer para informação relacionada com a atividade que desempenho, certa de que tenho a obrigação de prestar contas àqueles que represento. Para tal, para além do trabalho que desenvolvo em Bruxelas ou em Estrasburgo (cidades onde se localiza o Parlamento Europeu) de segunda a quinta-feira, despendo as sextas-feiras e muitos fins de semana em reuniões no nosso país, com diversas associações e entidades individuais ou coletivas, por iniciativa própria ou a pedido destas, o que me obriga a estar permanentemente de “malas às costas”, em viagens entre a Bélgica, a França, Portugal Continental e as suas Regiões Autónomas, em especial os Açores, círculo que me indicou como candidata. Para além disso, tenho de me deslocar pontualmente a outros países da União Europeia ou a outros com os quais nos relacionamos, no âmbito dos diversos trabalhos e comissões que me ocupam, como é o caso particular dos Estados Unidos da América.

Em toda esta atividade, norteio sempre a minha ação pelo compromisso de que “A Guia ama a sua Pátria”, sabedora de que exige um grande esforço para nos ultrapassarmos a nós próprios e para colocarmos e resolvemos com eficiência as questões colocadas pelos nossos concidadãos, no pleno uso democrático.

À CONVERSA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAMALICÃO

Esta edição do jornal “O Trevo” é dedicado à política. Qual é o impacto das Câmaras Municipais no sistema político em Portugal?

Paulo Cunha – O poder local foi inquestionavelmente uma das grandes conquistas do 25 de abril de 1974. A criação das autarquias locais permitiu democratizar o investimento público, aproximando o Estado das populações e as populações do Estado. Foi este movimento de descentralização que permitiu, e continua a permitir, a infraestruturação homogénea do território e o seu desenvolvimento integrado. Enquanto organismos de proximidade e de representação das populações junto do poder central, as Câmaras Municipais são essenciais à saúde democrática, garantindo a gestão da coisa pública de forma criteriosa e ajustada às necessidades de cada população.

Quando assumiu a presidência da Câmara Municipal de Famalicão quais os objetivos que traçou para o seu mandato?

Paulo Cunha – O nosso objetivo passa por ajudar a desenvolver o concelho de Vila Nova de Famalicão de um forma crescente e equilibrada, posicionando o nosso território cada vez mais como um bom concelho para viver, trabalhar e investir. Isso passa naturalmente pelo investimento ao nível infraestrutural na melhoria das estradas, modernização de escolas, ampliação da rede de água e saneamento e criação criteriosa de novos equipamentos públicos de lazer, desporto, cultura e solidariedade social. Mas passa, igualmente, por uma aposta muito forte no domínio imaterial, na disponibilização e desenvolvimento

de programas sociais, culturais, desportivos, ambientais e educacionais para todas as idades e para todas as pessoas.

Quais as apostas mais recentes na área da juventude impulsionadas pela Câmara Municipal de Famalicão?

Paulo Cunha – Temos um grande carinho pelos nossos jovens e acreditamos seriamente no seu potencial. Nesse sentido, temos procurado criar um ambiente favorável à sua afirmação, ao seu crescimento e ao seu envolvimento comunitário. O apoio que temos dado a todo o movimento associativo do concelho, em grande parte constituído por gente jovem e de muito valor, vai nesse sentido. O intenso trabalho da Casa da Juventude tem também essa única finalidade de ajudar os jovens a expressarem-se e a crescerem, e consequentemente, a ajudarem a própria comunidade a desenvolver-se com as suas ideias, participação e irreverência.

Na sua opinião, qual a importância do Guidismo para o seu município?

Paulo Cunha – Muito importante! Os jovens têm um potencial imenso, mas precisam de valores que os ajudem a crescer de forma íntegra e em benefício individual e coletivo. Os princípios enunciados por Baden-Powell são essenciais neste contexto e o Guidismo, enquanto movimento de educação não formal baseado nesses valores, tem sido garante de crescimento integral e equilibrado de milhares de jovens portuguesas. A presença das Guias de Portugal em Famalicão é, por isso, para nós muito importante e merece todo o nosso apoio.



Paulo Cunha
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO



GUIA PARTICIPA NO PARLAMENTO EUROPEU DOS JOVENS

Hoje em dia, diz-se muitas vezes que os jovens não se interessam por política e não apreciam o suficiente o direito que têm à democracia e à liberdade de pensamento e expressão. No entanto, pelas várias experiências que tive ao longo dos anos, posso afirmar que isso não é verdade.

Recentemente, tive a oportunidade de participar numa sessão internacional do Parlamento Europeu dos Jovens (PEJ), que teve lugar na Turquia. O PEJ (ou EYP – European Youth Parliament) é uma organização não-governamental independente, sem fins lucrativos, sem filiação partidária e com objetivos na área da educação. O principal objetivo é dar a oportunidade aos estudantes com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos de participar em debates políticos, semelhantes aos do Parlamento Europeu. Abordam-se várias questões da actualidade, como a economia atual ou os direitos humanos, debatendo-se para solucionar, numa experiência democrática que envolve os jovens da União Europeia (EU), incentivando-os a ter um papel ativo, na busca de respostas para os problemas europeus da actualidade.

Esta sessão foi a minha terceira experiência, primeira internacional, sendo, certamente, a melhor. Comigo encontravam-se cerca de 200 jovens, todos dispostos a debater, com conhecimentos impressionantes do que se passa no mundo, com uma imensa vontade de “salvar” o mundo, confiantes na democracia e valorizando os seus direitos como membros da UE. Talvez o meu exemplo não seja o suficiente para refutar a opinião geral de que a juventude não tem atitude política, mas traz-me esperança saber que a minha geração já vai pensando no que é ser cidadão.



A minha experiência no PEJ trouxe-me ideias para as Guias. Temos a missão da educação e muitas das nossas Guias não estão ao corrente dos acontecimentos atuais no mundo. Por isso, vou fazer um esforço para que as Guias adquiram alguns dos conhecimentos que os jovens que eu conheci tinham.

As Guias também podem “salvar” o mundo!

Beatriz Amorim

ESTAGIÁRIA DO RAMO CARAVELA
2º COMPANHIA DE MATOSINHOS
REGIÃO DO PORTO

Convicto que é através destas iniciativas que se contribui para a construção de uma Europa mais tolerante, coesa e dinâmica, o PEJ dá aos jovens uma oportunidade de participarem ativamente na vivência de trabalho democrático, desenvolve a consciência cívica, incentiva o respeito pelas diferentes ideologias, experiências e culturas, defende e debate ideais, relativamente a questões da actualidade europeia e consciencializa os jovens do impacto que as suas posições e decisões podem ter na construção das políticas europeias.



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS!

O Orçamento Participativo (OP) é o processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais. É um mecanismo de democracia participativa que permite à comunidade influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos dos concelhos.

Para tal, são realizadas assembleias abertas e periódicas em que os cidadãos passam de meros observadores a protagonistas da administração pública, participando ativamente. Nestas reuniões, todas as pessoas que são naturais, residem e/ou trabalham no concelho podem participar propondo ideias, sugerindo melhorias e negociando diretamente com os intervenientes políticos. Uma vez por ano, os vários projetos propostos em assembleia são votados pela população municipal, atribuindo-se assim as verbas para a sua execução.



O OP é uma ótima ferramenta para definir as prioridades sociais, gerar parcerias e promover a justiça social. O destino deste investimento público é escolhido de acordo com as reais necessidades sentidas pelas pessoas.

Este é um processo que encontra um equilíbrio entre a democracia representativa e a democracia direta. Confere aos participantes um papel essencial na definição das políticas municipais, melhorando a eficiência da administração pública local, ao mesmo tempo que incentiva o exercício da democracia, através do diálogo que se estabelece entre o poder público e os cidadãos.

Uma forma simples e possível de cada um, individualmente, ter uma voz realmente ativa, na sua comunidade.

AS MULHERES NA POLÍTICA

É um facto conhecido que a política é um mundo dominado, maioritariamente, por homens. Contudo, houve e continua a haver mulheres em posições de poder que cada vez mais aspiram a um estatuto em que possam ter voz.



KHEERTEK ANCHIMAA-TOKA: A 1ª PRESIDENTE DO MUNDO

Foi a primeira mulher a ocupar a presidência de um país, República de Tuva (divisão federal da Federação Russa), em 1940.



MARGARET THATCHER: A 1ª PRIMEIRA-MINISTRA DA EUROPA

Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra na Europa, em 1979. É a pessoa que mais tempo ocupou este cargo, em Inglaterra, desde 1827, tendo governado de 1979 a 1990. Ficou conhecida como a Dama de Ferro.



KATE SHEPPARD: A LÍDER PARA O SUFRÁGIO FEMININO NA NOVA ZELÂNDIA

Em 1893, a Nova Zelândia tornou-se o primeiro país a garantir o sufrágio feminino, graças ao movimento liderado por Kate Sheppard. Através de protestos e greves, as mulheres reivindicaram o direito à participação nos processos políticos e exigiram leis mais justas e igualitárias.



ISABEL II: A RAINHA COM O MAIOR REINADO

A Rainha Isabel é a monarca com um reinado mais longo do mundo, de 63 anos. Para além de ser Rainha do Reino Unido, é a Chefe da Comunidade Britânica, composta por 55 Estados-membro.



CAROLINA BEATRIZ ÂNGELO: A 1ª MULHER A VOTAR EM PORTUGAL

Foi a primeira mulher a votar em Portugal, nas eleições da Assembleia Constituinte, em 1911. Médica e feminista portuguesa, viu que a primeira lei eleitoral da República Portuguesa reconhecia o direito de votar aos "cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família". Uma vez que, gramaticalmente, o plural masculino das palavras inclui o masculino e o feminino e sendo viúva, com uma filha menor, era a chefe de família. E assim começou um longo processo de reconhecimento pelo direito ao voto feminino.

SABIAS QUE...

- Em Portugal, nunca houve uma mulher Presidente da República, mas já governaram: a Rainha D. Maria I (1777-1815), a Rainha D. Maria II (1834-1853) e a Primeira-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo (1979-1980).
- Muitas mulheres ainda não têm direito ao voto, nem qualquer voz ativa na vida política. São exemplos destes países: Kuwait, Arábia Saudita, Qatar, Oman e Emirados Árabes Unidos.
- Em Portugal, a conquista do direito ao voto das mulheres só se deu em 1931 e, ainda assim, havia restrições, já que só podiam votar aquelas que tivessem cursos secundários ou superiores. Só em 1974, já depois do 25 de abril, é que foram abolidas todas as restrições à capacidade eleitoral dos cidadãos tendo por base o género.

VIDA DA ASSOCIAÇÃO

II ACAMPAMENTO NACIONAL DE CHEFES E SUBCHEFES DE PATRULHA

PROVA SUPERADA

Entre os dias 2 e 8 de agosto, realizou-se o II Acampamento Nacional de Chefes e Subchefes de Patrulha da Associação Guias de Portugal, no Campo Militar de Santa Margarida, Distrito de Santarém.

Neste acampamento, participaram as Guias Aventura e as Guias Caravela responsáveis pelas patrulhas, nas suas Companhias. Esta semana teve como principal objetivo capacitar as Chefes e Subchefes de Patrulha de métodos de liderança, importantes para a devida orientação dos elementos das suas patrulhas, através da vivência de quatro constantes: vida em patrulha, vida ao ar livre, compromisso e progressão.

Realizaram-se atividades como a montagem de todo o Canto de Patrulha com os materiais oferecidos pela natureza, ateliers de formação, caminhadas, construção de abrigos para pernoitar, cozinha sem panelas e canoagem, contribuindo assim para o progresso individual de cada Guia.

Uma semana cheia, em que cada Guia cresceu, num grupo misto composto por elementos das várias regiões do país, se desafiou, ultrapassando as adversidades e adquiriu novos conhecimentos para transmitir às suas patrulhas.





Hino do Acampamento

Ao entrar nesta aventura
Há um trilho a descobrir
Pontes, feiras e castelos
Um caminho a seguir

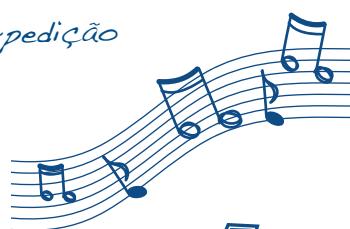
*Do sopé até ao cimo
Escalo mais este monte
Em patrulha sou mais forte
E alcanço o horizonte*

Vamos viver, vamos viver este campo
Com toda a garra e emoção
Vibrar, cantar, entrar neste desafio (desafio)
De um trilho ou de uma expedição

Caravela aparelhada
Pronta para navegar...
Vencer ondas, gritar alto:
É tempo para explorar!

Chegadas a terra firme
Neste mundo em construção
Todas juntas escrevemos
A história da associação

P'ra ti Chefe de Patrulha
É o II nacional
O II nacional
Aaaaaaaaaaaaa.....



VIVEMOS ESTE CAMPO COM TODA A GARRA E EMOÇÃO!

O "flash" de uma máquina fotográfica, a gravação de um vídeo, um instante que ficará para sempre: a chegada de todas as regiões ao II Acampamento Nacional de Chefes e Subchefes de Patrulha! No campo Militar de Santa Margarida, Santarém, muitas expectativas foram depositadas e muitas foram superadas!

Na abertura oficial deste acampamento, o desafio tornou-se ainda maior, quando a Presidente, Sara Nobre, incentivou as presentes a serem Chefes de Patrulha com "C GRANDE" e juntas fizemos mais um belo capítulo da história da Associação!

Este ficou registado no Diário de Patrulha e que saudade já deixa o folhear daquelas páginas. Nelas encontramos: a montagem do campo, desde o grande Canto de Patrulha, onde se inicia o campo até à bússola que orienta as Guias Aventura e, lá ao fundo, o farol a iluminar as Guias Caravela; a formação de novas patrulhas e o germinar dos seus símbolos; as construções sempre desafiantes, mas impulsoras de novas ideias, como um "closet" para as fardas da patrulha, um baloiço no pórtico, uma mesa com lava-loiças embutido, um canto de

higiene com sapateira e tantos nós que se aprenderam; os sempre aconchegantes serões em subcampo e o divertido jogo noturno, antecederam a grande aventura e navegação – o raid – desde Santa Margarida até ao Castelo de Almourol, manchas azuis passaram, umas orientaram-se pelo mapa até ao belo Parque Ambiental de Santa Margarida onde apreciaram encantos da natureza, outras de pagaia na mão, o rio Tejo navegaram, mas nem todas a campo regressaram, as navegadoras, em Tancos atracaram e montaram os seus abrigos; a questão "Como orientar melhor a patrulha?" foi encontrada no jogo Para Ti Chefe de Patrulha; a diversão continuou com os jogos intersubcampos, onde descobrimos Guias atletas, Guias atrizes, Guias cantoras, Guias escritoras e tantos outros talentos e tantas outras surpresas como um escorrega aquático; as rotinas de campo integraram o convívio nas bancas de cozinha durante a preparação das refeições, o compromisso de cada Guia, de cada subcampo e o querer fazer mais e melhor em prol da patrulha, encheu as presentes de orgulho e motivação; e, por fim, a hora de fazer a mochila para regressar à região, à companhia, à patrulha!

As viagens que este Diário de Patrulha fez em campo! Quantas "histórias dentro da história" deste acampamento?! Desde os subcampos – no GUIDISMO com TÉCNICA, construímos uma CASA, que ficou uma obra de ARTE, reunimos os vários pontos do PAÍS, cada um com a sua CULTURA para vivermos ao AR LIVRE e fazermos DESPORTO que nos dá SAÚDE – até às equipas técnicas, todas o abriram, folhearam, leram e escreveram. Todas juntas escrevemos a história da Associação. E esta é uma história que continuará a ser escrita por cada Chefe de Patrulha.

No encerramento do acampamento, a Presidente deixou um novo repto: "Querem ser Chefes de Patrulha com "c pequeno" ou com "C GRANDE"? Querem ser Guias com "g pequeno" ou com "G GRANDE"?

Nós queremos ser Guias com "G GRANDE" e tu?

Patrulha Fandango

ESEQUIPA DE ANIMAÇÃO DO II ACAMPAMENTO
DE CHEFES E SUBCHEFES DE PATRULHA



O MEU PRIMEIRO ACAMPAMENTO NACIONAL



Foi uma experiência única e incrível. Foi uma semana louca, com dias confusos e cansativos, mas com noites alegres e reconfortantes. Cada fogo de conselho era um unir de vozes que não podiam ser caladas. Raparigas de vários pontos do país e de diferentes idades que se uniram e criaram laços de amizade, durante uma semana inesquecível.

Cada subcampo era único e tinha uma energia incrível, com patrulhas maravilhosas que se ajudavam umas às outras, também havia algum espírito de competição, mas foi isso que tornou as atividades ainda melhores!

No acampamento, os primeiros dias foram cansativos e desgastantes, pelas construções e por não conhecermos nenhum dos elementos da nossa patrulha, mas tudo acabou por correr bem, fizemos grandes amizades que esperamos reencontrar num próximo acampamento nacional.

As atividades foram fantásticas, mas pessoalmente adorei o fogo conselho do Ramo Caravela, onde eu senti que, apesar de ser Guia há menos de um ano, quero continuar a ser por muito mais tempo, para ter cada vez mais histórias e aventuras para contar!

Foi uma semana que vai ficar para sempre na nossa memória: a intendência, o campo, as patrulhas, os subcampos, as chefes, as atividades, tudo! Todas nós saímos de Santarém melhores chefes e subchefes de patrulha, mas, acima de tudo, saímos de lá melhores Guias e melhores pessoas. Chorámos, rimos, desafiámos, cantámos e dançámos!

Se pudesse descrever esta semana numa única palavra, era, sem dúvida, união, pois sem espírito de patrulha não vamos a lado nenhum.

Lúcia Oliveira

PATRULHA ESOQUIO

FROTA DA 1^a COMPANHIA DE POVOLIDE

REGIÃO DE VISEU

Truques de Campo



Esteira de mesa móvel que esconde o lava loiças



Baloíço como pórtico



Cabides para uma maior arrumação em campo

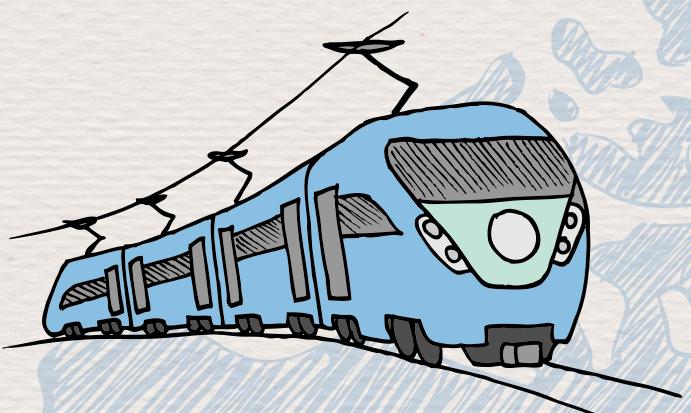


Tampa de ecoponto para proteger o lixo



Esteiras de sisal multiusos

AS VIAGENS DAS GUIAS



DE VISEU PARA O PORTO!

A Odisseia da 1ª Companhia de Viseu visitou o Porto, onde foram recebidas com um Jogo de Cidade, organizado pelas Guias desta cidade, como verdadeiras ciceroneas.

Passearam à beira rio, subiram até ao jardim do Palácio de Cristal para ver a peça de teatro das Avezinhas, descobriram uma sala roxa na Casa da Música, apanharam o metro para ir à Serra do Pilar, em Gaia (uma novidade!) e, ao regressar ao Porto, passaram a ponte D. Luís I.

Criaram belas amizades e contam fazer mais atividades noutras localidades, para conhecerem mais Guias.



DE DURRÃES PARA LISBOA

As Guias Caravela da Patrulha Pérola, da 1ª Companhia de Durrães (Região de Braga) estiveram em Lisboa, durante três dias. Ficaram alojadas na sede das Guias da 6ª Companhia de Lisboa e visitaram os sítios mais emblemáticos da cidade.

O que recordam com um maior sorriso é a visita à Sede Nacional, já que puderam usufruir do espaço onde se reúne tanto do Guidismo nacional.

A angariação de fundos foi dura, mas compensou todo o esforço, para conhecer a capital e viver momentos únicos em Patrulha.



DE FARO PARA VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

O Ramo Aventura da Região de Faro realizou uma atividade regional, no Badoca Safari Park, situado em Vila Nova de Santo André.

Encontraram girafas, avestruzes, búfalos, zebras, tigres, dromedários, veados, lémures e aves de rapina. As Guias da 1ª Aventura compararam um dos animais do parque com um animal de estimação, as de Escalada identificaram pegadas e as de Horizonte observaram a flora existente.

Ainda apresentaram os 'Símbolos de Patrulha', concurso lançado no Dia Mundial do Pensamento, com o objetivo de escolher a melhor bandeirola, grito e hino de patrulha da região.

Foi uma verdadeira odisseia!



DA PAREDE PARA LONDRES

A Patrulha Hiena, da Frota da 1ª Companhia da Parede, Região de Lisboa, viajou até à capital inglesa, Londres.

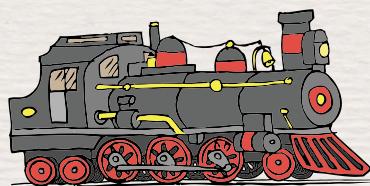
Ficaram a conhecer o Centro Mundial "Pax Lodge", o Centro Foxlease e ainda tiveram oportunidade de partilhar um serão internacional com as Guias de Inglaterra.



DE BRAGA PARA CAMINHA

O Ramo Moinho da Região de Braga propôs a realização de uma atividade regional, em Caminha, Viana do Castelo, para este ano. A atividade foi importante pelos encontros de preparação e formação, pela descoberta do património e das tradições e pelos ganhos ao nível do planeamento e do sentido de compromisso.

Guias Moinho briosas e orgulhosas, por terem vivido o lema do ano: "Se tu desejas mover montanhas amanhã, precisas de começar a levantar pedras hoje."



DE MONCHIQUE PARA LISBOA

A 1ª Companhia de Monchique foi até Lisboa.

A atividade realizou-se em forma de reportagem fotográfica, em que todas receberam "O Meu Primeiro Manual de Fotografia", tornando-se assim melhores fotógrafas para registar os melhores momentos.

Visitaram o Mosteiro dos Jerónimos, o Padrão dos Descobrimentos, o Cristo Rei, a Sede Nacional e observaram as estrelas no Planetário.

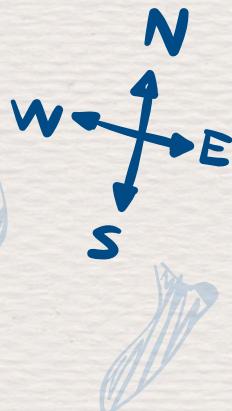
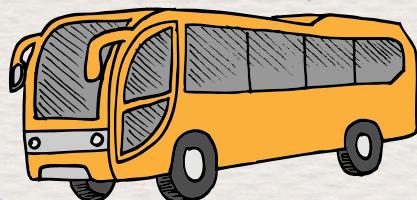


DE VIANA, VISEU E BRAGA PARA FAFE

E porque a progressão da Dirigente não para, o Comissariado Regional de Braga dinamizou mais um TAG 3 prático, para as futuras Dirigentes da Associação.

Realizou-se na Barragem da Queimadela, em Fafe, e participaram elementos das Regiões de Braga, Viana do Castelo e Viseu. Estas atividades inter-regionais são sempre especiais, já que proporcionam uma aprendizagem mais rica e diversificada.

Um bravo a todas as Estagiárias!



INTERNACIONAL

ESTAR SEMPRE ALERTA NA CRISE MIGRATÓRIA EUROPEIA

A Europa defronta-se com a maior crise de refugiados depois da II Guerra Mundial, crise esta que questiona cada um dos Estados membros e cada um de nós.

Nestes últimos dois anos verificou-se uma subida da entrada de migrantes no espaço Schengen. Desde o início de 2015, mais de meio milhão de migrantes e refugiados entraram na Europa através do Mediterrâneo. Cerca de três mil desapareceram na travessia, segundo o balanço do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ANCUR). Estes movimentos de pessoas que procuram chegar à Europa arriscando a sua própria vida ao atravessar o Mediterrâneo trazem consigo dramas humanos insuportáveis.

O QUE É O ESPAÇO SCHENGEN?

O espaço Schengen é o nome dado ao território formado pelos estados europeus que se comprometeram a eliminar os controlos de segurança das fronteiras e a garantir um regime de livre circulação. Assim, neste espaço, a não ser que exista uma ameaça à segurança nacional, os cidadãos que pertençam a um dos países Schengen não precisam de apresentar passaporte nas fronteiras nem podem ser sujeitos a qualquer tipo de controlo policial.

O ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS EM PORTUGAL

Nos próximos meses, a Europa receberá cerca de 120 mil refugiados que serão distribuídos pelos estados membro. Destes, cerca de 4.500 virão para Portugal.

No nosso país, desde logo, instituições e particulares mostraram-se disponíveis para ajudar na resolução deste flagelo e várias instituições organizaram-se e criaram a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR). Esta plataforma pretende, a partir de um modelo colaborativo e articulado, promover o acolhimento de famílias de refugiados por instituições.

As instituições que irão receber os refugiados são chamadas instituições anfitriãs e serão responsáveis por todo o processo de acolhimento e integração. Devem, através dos seus recursos ou dos recursos de parceiros locais, assegurar alojamento adequado, alimentação, apoio no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e à aprendizagem da língua portuguesa.

A Associação Guias de Portugal é membro fundador desta plataforma e está comprometida a fazer o que estiver ao seu alcance no sentido do melhor acolhimento possível às famílias de refugiados que têm o nosso país como destino.



*"Vemos, ouvimos e lemos.
Não podemos ignorar."*

Sophia de Mello
Breyner Andresen

As causas desta crise migratória, que se intensificou nos últimos meses, estão bem identificadas:

- A instabilidade, a guerra e o terrorismo, especialmente na Síria e no Iraque: mais de quatro milhões de refugiados vivem em campos situados em países vizinhos (Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque). A situação dramática em que se encontram alguns destes campos provocou o exílio de parte desta população;
- O desmoronamento do Estado líbio causou o aumento de um fluxo migratório através do Mediterrâneo Central, provindo maioritariamente do Corno de África (designação que inclui a Somália, a Etiópia, o Djibouti e a Eritreia).

O QUE SÃO REFUGIADOS, MIGRANTES E REQUERENTES DE ASILO?

REFUGIADOS

O termo refugiado aplica-se a qualquer pessoa que, receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude do dito receio, não queira pedir a proteção daquele país. O estatuto de refugiado está definido e protegido pela lei internacional através da Convenção dos Refugiados de 1951 e do seu Protocolo de 1967.

MIGRANTES

Migrante é todo aquele que abandona o seu país para ir viver noutro território, temporária ou permanentemente. Na sua maioria, abandonam o seu país por questões económicas, para trabalhar, estudar ou juntar-se à família.

REQUERENTES DE ASILO

Requerentes de asilo são aquelas pessoas que saíram do seu país em busca de proteção internacional, mas às quais ainda não foi atribuído o estatuto de refugiado. Durante este processo, os requerentes de asilo não podem ser repatriados.

Contactos úteis:

- Plataforma de Apoio aos Refugiados: www.refugiados.pt
- Conselho Português para os Refugiados: www.cpr.pt
- Serviço Jesuíta aos Refugiados: www.jrsportugal.pt

AS GUIAS DA SÍRIA

O Guidismo existe na Síria desde a década de 50 e na década seguinte tornou-se membro da Associação Mundial das Guias (WAGGGS). Mas, entretanto, o partido político sírio dominante (Partido Socialista Árabe Baath) proibiu quaisquer organizações de juventude, com o argumento de que seriam influenciadas por grupos extremistas e tornar-se-iam uma ameaça para a segurança nacional. Como resultado, o Guidismo deixou de ser reconhecido oficialmente, a partir da década de 80. Só após a eleição do Presidente Bashar Al Assad, em 2000, o Guidismo foi novamente autorizado e, em 2008, as Guias da Síria foram readmitidas como membro da WAGGGS.



A equipa nacional tem feito um grande esforço para o relançamento do Guidismo na Síria e tem conseguido aumentar o número de associadas e ganhar a confiança e a credibilidade da comunidade.

Atualmente, devido ao conflito político no país, as Guias da Síria atravessam uma situação muito complicada. Saibamos sempre ter presente as nossas irmãs Guias da Síria!

6 MITOS SOBRE OS REFUGIADOS

1. QUEREM INVADIR A EUROPA?

Se considerarmos apenas os refugiados sírios, os cerca de 250 mil que até junho tinham batido às portas da Europa são apenas 2% do total de refugiados provocados pela guerra na Síria. Há cerca de quatro milhões de refugiados espalhados pelos países vizinhos [só o Líbano recebe 1,2 milhões, mais de um quarto da população do país]. Menos de 350 mil pediram asilo na Europa. O número constitui apenas 0,02% do total da população da Europa (cerca de 740 milhões).

2. PORQUE É QUE OS PAÍSES MUÇULMANOS NÃO RECEBEM ESTES REFUGIADOS?

Os milhares de refugiados que procuram a Europa para fugir à guerra que assola a Síria há já quatro anos representam uma pequena percentagem dos quatro milhões que já fugiram para países como o Egito, Turquia, Líbano, Jordânia ou Iraque. Por exemplo, na Turquia já foram acolhidos mais de 1,9 milhões de sírios. No Líbano, uma em cada quatro pessoas é um refugiado sírio. A Jordânia é o terceiro país daquela região que mais refugiados já acolheu e números da ONU apontam para a presença de cerca de 630 mil de sírios neste país. Não obstante, importa mencionar que há vários Estados árabes e muçulmanos do golfo Pérsico, tais como a Arábia Saudita, o Qatar ou os Emirados Árabes Unidos, que não têm estado a prestar apoio aos seus vizinhos sírios. Muitos destes Estados estão no topo do ranking mundial em termos de riqueza e de desenvolvimento humano, estão próximos da Síria em termos culturais, religiosos e linguísticos, no entanto, impõem enormes barreiras à entrada nos seus territórios, à obtenção de vistos de entrada ou ao reconhecimento do estatuto de refugiado, não sendo signatários de diversas convenções internacionais relativas a este tema.

3. ELES VÊM PARA USUFRUIR DOS NOSSOS BENEFÍCIOS E PARA ROUBAR OS NOSSOS EMPREGOS?

Os requerentes de asilo têm direitos sociais mínimos. Quando não têm meios de subsistência – que é a generalidade dos casos – têm apoio ao alojamento e alimentação, mas os apoios em dinheiro nunca podem ultrapassar o valor do indexante de apoios sociais (IAS), fixado em 419 euros. Estes montantes são ainda mais reduzidos para o segundo adulto de uma mesma família e também para as crianças a cargo. Assim que entram em Portugal, os requerentes de asilo têm direito a assistência em casos urgentes e cuidados primários de saúde. Quem conseguir o estatuto de refugiado, tem direito à Segurança Social. A esmagadora maioria dos refugiados que beneficiam de alguma forma de apoio social são beneficiários do Rendimento Social de Inserção. De notar também que os migrantes ocupam frequentemente os empregos menos qualificados e mais pesados. Mesmo com diploma de qualificações, é-lhes muito difícil aceder a um trabalho que corresponda à sua especialidade e são ainda frequentemente vítimas de discriminação ou de exploração. Quando estão a trabalhar, representam um verdadeiro valor acrescentado para a economia. Não só injetam dinheiro na nossa economia ao pagarem impostos, mas são também vitais devido ao envelhecimento da nossa população.

4. VAMOS SER INVADIDOS POR CRIMINOSOS E TERRORISTAS?

As pessoas que estão a tentar chegar à Europa são homens, mulheres e crianças que fogem para salvar as suas vidas ou encontrar uma vida melhor para eles e para as suas famílias. Não são terroristas. Estes últimos viajam como todas as pessoas, nomeadamente de avião, se necessário, com documentos falsos, mas são igualmente recrutados em território europeu.

5. E QUEM É QUE AJUDA OS SEM-ABRIGO E OS POBRES EM PORTUGAL?

São as mesmas organizações que estão a organizar o acolhimento dos refugiados. O apoio aos mais pobres é assegurado, para além da Segurança Social, por uma rede de instituições particulares de solidariedade social, espalhadas pelo país e por instituições religiosas. Assim é evidente que, não só há muito trabalho já feito no apoio às pessoas mais pobres em Portugal, como este vai continuar, sem ser prejudicado pelo acolhimento aos refugiados. São estas mesmas organizações, sempre disponíveis para servir os que mais precisam, que estarão disponíveis para uns e para outros. A solidariedade não tem de concorrer entre si.

6. OS REFUGIADOS NÃO SÃO POBRES, ATÉ TÊM SMARTPHONES!

A Síria não é um país rico, mas também não é um país pobre. Por exemplo, em Portugal existem 15 telemóveis por cada 10 pessoas, de acordo com o CIA World Fact Book em 2014. Então porque é estranho que os refugiados tenham telemóveis? Um smartphone é essencial para quem vai de férias: pode aceder a mapas, informação de restaurantes e hotéis, pode comunicar com outras pessoas e pedir dicas de sítios onde ir. E um refugiado? Pode aceder a mapas, informação de comboios e centros de apoio, pode comunicar com família e amigos que ainda estão na terra-natal ou encontrar pessoas que atravessaram o Mediterrâneo e se perderam. Um smartphone é essencial no dia a dia de pessoas que não fogem de uma guerra. E é vital para quem foge dela. Não esquecendo o facto de que a facilidade em adquirir um smartphone é altíssima. Basta ver os preços. Mesmo o equipamento mais barato com acesso a mapas, redes sociais e internet pode ser comprado por 50€ em Portugal. E tentar comprar um modelo que não seja smartphone é uma tarefa muito mais complicada.

STOP THE VIOLENCE



**STOP
THE
VIOLENCE**

Speak out
for girls' rights

**Este projeto
será
implementado
em Portugal
em breve!**

VOZES CONTRA A VIOLÊNCIA

Pelos direitos
das raparigas

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA EM PORTUGAL:

- **85%** das vítimas de violência doméstica são mulheres;
- **19** crianças por semana são vítimas de violência;
- **21** homens por semana são vítimas de violência;
- **2,3%** dos idosos foram vítimas de violência;
- **1** em cada três mulheres europeias, com mais de 16 anos, é vítima de violência por parte do parceiro.

(Informação disponível em www.apav.pt)

O QUE É O "STOP THE VIOLENCE"?

O projeto "Stop the Violence, speak out for girls rights", lançado em julho de 2011, é uma iniciativa da Associação Mundial das Guias em parceria com a Organização das Nações Unidas, cujo objetivo é acabar com todo o tipo de violência contra raparigas e jovens mulheres em todo o mundo. Este projeto envolve raparigas, jovens mulheres, rapazes, jovens adultos, pais e comunidade e está já a ser implementado em vários países do mundo.

PORQUÊ TRABALHAR A VIOLÊNCIA?

Diariamente, raparigas e jovens mulheres em todo o mundo são vítimas de vários tipos de violência. Estima-se que sete em cada 10 raparigas em todo o mundo expericiem algum tipo de violência ao longo da sua vida. As raparigas e jovens mulheres são particularmente vulneráveis à violência, que ocorre na esfera privada e pública e assume muitas formas, incluindo a violência no namoro, o bullying, entre outras. Este é um problema a nível mundial que precisa de ser resolvido.

COMO FUNCIONA?

Alinhada com a missão das Guias, de proporcionar às raparigas e jovens mulheres a oportunidade de desenvolverem plenamente o seu potencial como cidadãs universais responsáveis, este projeto, através da educação não formal, vai capacitar as raparigas e jovens mulheres a identificar as diferentes formas de violência, a aprender a falar sobre a violência, a entender as suas causas, a reconhecer os seus direitos e a adquirir as capacidades e a confiança necessárias para reivindicar os seus direitos e os direitos do Outro.

O QUE VAMOS ALCANÇAR?

Com esta iniciativa internacional, vamos garantir que sejam as raparigas e jovens mulheres a impulsionar a mudança. Juntas podemos mudar mentalidades e ter uma voz ativa contra a violência!

VOICES AGAINST VIOLENCE

DE UM SUSSURRO A UM GRITO,
VAMOS TODAS UNIR AS NOSSAS VOZES
CONTRA A VIOLÊNCIA.

“Voices Against Violence” é um projeto que visa um conjunto de atividades desenvolvidas pela WAGGGS e pela ONU, no âmbito do projeto “Stop the Violence”.

A AGP participou numa formação internacional sobre o projeto e seus campos de atuação e a sua implementação, em Lusaka, capital da Zâmbia.

O encontro contou com a presença de Guias de vários países e das várias regiões da WAGGGS, entre eles, Zâmbia, Nigéria, Quénia, Malawi, África do Sul, Ruanda, Itália, Dinamarca, Grécia, Inglaterra, México, Canadá, Suécia e Portugal.

A Ministra para a Igualdade de Género da Zâmbia esteve presente na sessão de abertura, com um discurso cheio de força, já que também ela tinha sido Guia. Cantou-se o Hino Internacional em todas as línguas presentes e que momento arrepiante...

As várias sessões de formação foram feitas em patrulhas mistas de trabalho, o que possibilitou a troca de ideias e de pontos de vista. Foram dias intensos e de uma partilha muito



ZÂMBIA

rica. Trabalhar com oito pessoas, todas de países diferentes... Difícil? Não, porque todas somos Guias. Cada uma com a sua forma de pensar e trabalhar, mas todas Guias. Há um enorme sentimento de pertença ao maior movimento de voluntariado feminino e apesar das necessidades e vivências diferentes, a postura é a mesma - SEMPRE ALERTA em relação à comunidade e muita vontade de melhorar o mundo.

As participantes portuguesas, a Comissária Regional de Braga, Diana Oliveira, a Delegada Regional do Ramo Aventura de Lisboa, Teresa Crespo e a Delegada Regional do Ramo Caravela de Faro, Filipa Torrão, regressaram com a mochila mais cheia: novas amigas, novas culturas, muitas ideias e entusiasmo para iniciar o projeto em Portugal.



SEMINÁRIO JULIETTE LOW 2015

O Seminário Juliette Low é um encontro organizado pela WAGGGS, desde 1932 e acontece duas vezes por Triénio. Nestes seminários são abordados diversos temas, mas o foco principal é sempre o trabalho sobre a liderança, a amizade e a compreensão internacionais.

Estes seminários realizam-se geralmente nos Centros Mundiais, em sistema de rotatividade. Este ano, o Centro Mundial escolhido foi "Sangam", que se localiza em Pune, na Índia e foi fundado em 1966.

Portugal foi representado pela Comissária Regional de Viseu, Ana Margarida Ferreira.

DIÁRIO DE BORDO



Seminário Juliette Low Centro Mundial Sangam, Pune, Índia

A chegada

A 8 de fevereiro desembarquei em Pune, cidade com 3 milhões de habitantes, de mochila às costas apanhei um riquixá e lá fui rumo ao Centro Mundial Sangam. Uma montanha de sentimentos acompanhava-me: entusiasmo, vontade de aprender, alegria, medo... todos se entrelaçaram.

Ao longo do dia, nós, as 48 participantes de 45 países diferentes de todas as regiões da WAGGGS, fomos chegando e, à medida que nos íamos conhecendo e apresentando, partilhávamo também as nossas expectativas em relação ao Seminário.

1º dia

Descobrimos o tema do seminário, "Dream, Dare and Do", nos próximos seis dias íamos aprender, desafiar e explorar as nossas capacidades de liderança.

Neste dia dedicado ao "Dream" (sonhar), aprendemos sobre as novas tendências de liderança e explorámos a nossa jornada como líderes, com ênfase nos valores. No final do dia, fomos recebidas com uma cerimónia de boas-vindas tradicional india.

2º dia

Partimos em patrulha de três elementos à descoberta de Pune, explorando em simultâneo o nosso modo de liderança pessoal e observando as características de líder nos outros elementos da patrulha. Ao longo do dia, ainda debatemos a importância da interculturalidade na formação de um líder.

3º dia

Começou o subtema "Dare" (desafiar), com vista a identificar e enfrentar os nossos medos de modo a sairmos da zona de conforto. Fomos estimuladas a aceitar diferentes desafios organizados pela patrulha de Sangam, desde tocar em animais selvagens ou aprender a comer com pauzinhos chineses. Na minha lista de desafios, constou a minha primeira aula de ioga e a ida em transportes públicos ao mercado local comprar fruta, falando apenas por gestos, foi um grande desafio superado. Com esta atividade, reconhecemos a importância da coragem no desenvolvimento de líderes. O dia terminou com uma fantástica feira internacional, com possibilidade de troca de símbolos.

4º dia

Foram apresentadas associações com que Sangam tem parcerias, foi dada a possibilidade de escolher um dos projetos inspiradores e conversar com

os responsáveis. Juntamente com outros elementos visitei a associação SWaCH, que recolhe lixo das ruas de Pune para reciclagem e trabalha apenas com mulheres. Foi muito enriquecedor conhecer o empenho das responsáveis e ver o impacto deste projeto na comunidade local. Este dia foi sem dúvida muito inspirador.

5º dia

Participámos num "Mercado" diferente, um mercado de ideias e de experiências pessoais, contactámos com histórias reais, desafiadoras, de mudança e de sucesso. No final do dia, sentia-me inspirada, capacitada de experiências e com vontade de fazer. Este foi o dia em que entramos no subtema "Do" (faz).

6º dia

Elaborámos o nosso próprio plano de ação como líderes. Ao final do dia, tivemos um jantar tradicional indiano, ao estilo Maharastrian, e uma bela cerimónia de encerramento. O seminário terminou em redor de uma grande fogueira.

A participação neste seminário possibilitou-me a partilha de histórias, experiências e conhecimentos num contexto multicultural. Foi uma semana muito enriquecedora na minha jornada de líder!

GRANDE ROTA E PEQUENA ROTA

Depois de Jean-Jacques Rousseau escrever “Les Rêveries d'un Promeneur Solitaire” (“Os Devaneios de um Caminhante Solitário”), no século XVIII, obra que celebra a harmonia e a magnificência da natureza, fonte de contemplação e de felicidade, criou-se a “moda” de andar a pé.

O simples prazer de andar – a marcha (do francês la marche) implementou-se, plenamente, no século XIX. Hoje, chamamos-lhe pedestrianismo.

PERCURSOS PEDESTRES HOMOLOGADOS

A balizagem (marcação) de percursos pedestres conta com mais de um século de implementação. Caminhos tradicionais e/ou antigos foram marcados do início ao fim, para serem utilizados por todos.

Em Portugal, um percurso pedestre homologado é aquele que está balizado com as marcas registadas “GR” (Grande Rota) e “PR” (Pequena Rota). Estas rotas são do domínio da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

GRANDES ROTAS (GR)

As Grandes Rotas são percursos que ligam regiões e têm mais de 30 quilómetros registados a nível nacional.

Identificam-se pelas letras “GR”, seguidas do número de registo do percurso e são balizados com marcas a branco e vermelho.

Existem também 12 Grandes Rotas Transeuropeias, que atravessam vários países e são identificadas pela letra “E” (de Europa), seguida do número de registo europeu.



PEQUENAS ROTAS (PR)

As Pequenas Rotas são percursos até 30 quilómetros, registados por concelhos.

Identificam-se pelas letras “PR”, seguidas do número de registo do percurso e das letras designativas do concelho correspondente. Por exemplo, “PR2 – MTG” corresponde ao percurso pedestre de Pequena Rota, número dois, do concelho de Manteigas, ou seja, aparecerão muitos “PR1”, “PR2”, “PR3”, ..., pelo país fora.

São balizados com marcas a amarelo e vermelho. Quando se cruzam com as redes da Grande Rota, são utilizadas as três cores.



A marcha tem qualquer coisa que anima e aviva os meus pensamentos.

Jean-Jacques Rousseau

O pedestrianismo começou a ser praticado em Portugal, no final do séc. XIX. Amigos juntavam-se para fazer caminhadas. No século XX, surgem os clubes, onde o pedestrianismo se desenvolve pelo associativismo.

BALIZAMENTO DOS PERCURSOS GR E PR

Durante os percursos podemos encontrar:

1. Painéis com o mapa e caracterização sobre o(s) percurso(s) e informação adicional sobre fauna e flora existente na zona;
2. Placas com identificação e direção do percurso, com cores correspondentes à rede de rotas;
3. Listas desenhadas em pedras, árvores, postes de eletricidade, entre outros, ou embutidas em sinalização colocada para o efeito, de pedra ou madeira, das cores correspondentes à rede de rotas, que indicam a direção do percurso.



Caminho certo



Caminho errado



Caminho certo



Caminho errado



Para a esquerda



Para a direita



Para a esquerda



Para a direita



SABIAS QUE...

- Existem Percursos Locais e são balizados a branco e verde.
- Os símbolos dos percursos não são internacionais, ainda que possa haver semelhanças, mas são internacionalmente reconhecidos e aceites.
- Os percursos da GR e da PR parecem um enorme jogo de pista e são ótimos para fazer raids em acampamentos ou especialidades de pá-pá-léguas.



ASSOCIAÇÃO GUIAS DE PORTUGAL

Av. Miguel Bombarda, 128, r/c Esq. - 1050-167 LISBOA
Tel: 351 217938227 - Fax: 351 217938228
Email: a.g.p@netcabo.pt - Website: www.guiasdeportugal.org

